

## ACESSO E PERMANÊNCIA DE PESSOAS COM AUTISMO NO ENSINO SUPERIOR

*Sandra Cordeiro de Melo  
Elaine Constant  
Adriana Teixeira Ferreira*

### Resumo

Este artigo objetiva analisar o processo de acesso e permanência das pessoas com autismo no ensino superior de acordo com as produções científicas desenvolvidas no âmbito educacional. Foram definidos o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) como as bases de dados utilizadas para a busca e seleção dos trabalhos. Após a revisão de literatura, cinco estudos foram selecionados. A análise demonstrou que há uma escassez de produção de estudos sobre essa temática. Os dispositivos legais foram apontados como responsáveis pelo aumento de matrículas de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ensino superior, porém, o acesso desses discentes ainda é incipiente. Os trabalhos destacaram barreiras para a permanência dos estudantes com autismo na universidade, como a falta de informação da comunidade acadêmica e a falta da capacitação docente para lidar com a diversidade. Sobre os fatores que atuam como facilitadores para a inclusão, os autores indicaram os Núcleos de Acessibilidade como órgãos fundamentais para que o discente com deficiência possa ingressar na graduação e concluir seu curso, a atuação dos monitores e a disseminação da informação sobre o autismo. Conclui-se que, para que o processo de acesso e permanência das pessoas com TEA no ensino superior se torne realidade, há urgente necessidade de rever as práticas empregadas até o momento para a inclusão. Para isso, novas pesquisas e discussões sobre essa temática são fundamentais.

**Palavras-chave:** acesso e permanência; autismo; ensino superior.

## ACCESS AND PERMANENCE OF PEOPLE WITH AUTISM IN HIGHER EDUCATION

### Abstract

This article aims to analyze the process of access and permanence of people with autism in higher education according to the scientific productions developed in the educational field. The Periodical Portal of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES) and the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD) were defined as the databases used to search and select the papers. After the literature review, five studies were selected. The analysis showed that there is a scarcity of studies on this theme. The legal provisions were pointed out as responsible for the increase of enrollment of people with Autistic Spectrum Disorders (ASD) in higher education, but the access of these students is still incipient. The studies highlighted barriers for the permanence of students with autism in the university, such as the characteristics of autism, the lack of information from the academic community and the lack of faculty training to deal with diversity. Regarding the factors that act as facilitators for the inclusion, the authors indicated the Accessibility Centers as fundamental organs so that the student with disability can enter the undergraduate course and finish it, the performance of tutors and the dissemination of information about autism. We conclude that, for the process of access and permanence of people with ASD in higher education to become a reality, there is an urgent need to review the practices employed so far for inclusion. For this, new research and discussions on this theme are fundamental.

**Keywords:** access and permanence; autism; higher education.

## ACCESO Y PERMANENCIA DE PERSONAS CON AUTISMO EN LA ENSEÑANZA SUPERIOR

### Resumen

Este artículo tiene como objetivo analizar el proceso de acceso y permanencia de las personas con autismo en la educación superior de acuerdo con las producciones científicas desarrolladas en el ámbito educativo. El Portal Periódico de la Coordinación de Perfeccionamiento del Personal de Enseñanza Superior (CAPES) y la Biblioteca Digital Brasileña de Tesis y Disertaciones (BDTD) fueron definidas como las bases de datos utilizadas para la búsqueda y selección de trabajos. Después de la revisión de la literatura, se seleccionaron cinco estudios. El análisis mostró que hay escasez de producción de estudios sobre este tema. Los dispositivos legales fueron identificados como responsables por el aumento de la matrícula de personas con Trastorno del Espectro Autista (TEA) en la educación superior, sin embargo, el acceso de estos estudiantes es aún incipiente. Los estudios destacaron barreras para la permanencia de estudiantes con autismo en la universidad, como las características del autismo, la falta de información de la comunidad académica y la falta de formación de los profesores para atender a la diversidad. En cuanto a los factores que actúan como facilitadores de la inclusión, los autores señalan los Centros de Accesibilidad como órganos clave para que los estudiantes con discapacidad accedan a los estudios universitarios y finalicen la carrera, el papel de los monitores y la difusión de información sobre el autismo. Concluimos que, para que el proceso de acceso y permanencia de las personas con TEA en la educación superior sea una realidad, es urgente revisar las prácticas empleadas hasta ahora para la inclusión. Para ello, nuevas investigaciones y discusiones sobre este tema son fundamentales.

**Palabras clave:** acceso y permanencia; autismo; enseñanza superior.

### INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é determinado pela dificuldade persistente na comunicação e interação social, bem como em interesses restritivos e repetitivos. O início do autismo ocorre durante o período de desenvolvimento do indivíduo, geralmente na infância. Contudo, alguns sintomas podem ser percebidos somente quando o contexto social exigir mais do que a pessoa com autismo pode oferecer (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2021).

Desde 27 de dezembro de 2012, de acordo com a Lei n. 12.764, no Artigo 1º, § 2º, se reconhece que “A pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais”. (BRASIL, 2012). Dessa forma, os indivíduos com TEA passaram a ser abrangidos por todas as garantias legais voltadas às pessoas com deficiência (PcD).

Nessa vertente, o acesso da PcD à universidade tem sido um assunto muito discutido nos últimos anos. Tais discussões são estimuladas por diversos documentos e dispositivos legais que asseguram direitos a essas pessoas, muitos deles discorrem sobre a garantia ao acesso à educação como, por exemplo, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008 (BRASIL, 2008) e a Lei n. 13.146/2015 (BRASIL, 2015), conhecida como a Lei Brasileira de Inclusão. De igual modo, a questão é motivada pela crescente preocupação das universidades com a acessibilidade e inclusão desses indivíduos no ensino superior.

Neste sentido, é urgente ampliar o debate sobre a inserção de novos grupos de estudantes no cotidiano da formação inicial brasileira, uma vez que o *acesso para todos*, inclusive da PcD, exige a superação da noção de inclusão funcional. Cabe destacar que, conforme Shiroma (2011), a política educacional e o complemento *para todos*, presente em várias campanhas educativas, eventos e documentos nas áreas pedagógicas e sociais – que afirmam a busca da igualdade – pode trazer interpretações dúbias para o direito à educação. Assim, juntamente com a ideia de *acesso para todos* está a lógica que reforça a ideologia meritocrática e de competências, que avassalam a

política educacional contemporânea, para a qual o desempenho dos estudantes com TEA varia segundo suas capacidades individuais (SHIROMA, 2011).

Assim sendo, o direito de aprender por toda vida, além de representar a obrigação vitalícia de incorporar habilidades requisitadas pelo mercado, pode gerar um tipo de exclusão social pela falta de estruturas que viabilizem esse direito. Este processo se constitui a partir do deslocamento em que o Estado assume a responsabilidade da garantia do direito, mas impõe a ideia para estudantes de que ser incluído é um processo pessoal, portanto, solitário. Enfim, significa o descarte das lutas sociais de que a inclusão é um lugar de direito e não somente a incumbência de desempenhos meritocráticos destes estudantes.

Na Carta de Declaração de Incheon (UNESCO, 2015), há menção sobre a necessidade de constituição de políticas públicas baseadas na *educação de qualidade inclusiva* para uma *educação ao longo da vida*. Ainda de acordo com o documento, há o reconhecimento de que a educação é um direito humano, contudo as habilidades apreendidas, formal e informalmente, precisam tanto gerar o aumento da produtividade quanto impulsionar o desenvolvimento econômico. Assim, percebe-se que o direito de uma educação de qualidade e mais inclusiva, convive com paradigmas distintos para o conhecimento científico: de um lado um ensino voltado para o mercado e de outro a vivência das lutas reivindicativas de um sujeito de direito.

Nessa perspectiva, apesar dos dispositivos legais e do expressivo aumento das discussões sobre a necessidade de ações que garantam o acesso e permanência dessas pessoas na academia, os dados obtidos no Censo da Educação Superior 2021, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), nos indicam que o acesso dos estudantes com deficiência ainda é ínfimo. Segundo o órgão, o Brasil possui o total de 8.987.120 discentes matriculados em cursos de graduação (nas modalidades presencial e ensino a distância – EaD). Destes, 63.404 matrículas foram declaradas<sup>1</sup> com registro de deficiência, Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD) ou altas habilidades/superdotação, ou seja, 0,7% do total (INEP, 2022). Ademais, dos 63.404 registros de matrículas de PcD, somente 4.018 correspondiam ao diagnóstico de TGD, quadro que incluía o autismo.

Nesse contexto, pesquisas sobre o acesso e a permanência das pessoas com TEA no ensino superior são muito importantes. No entanto, Shibuta, Costa e Santos (2021) destacam que a maioria das pesquisas acerca da educação do aluno com TEA refere-se ao autismo infantil na escola. Bandeira (2020), Oliveira, Santiago e Teixeira (2022), Shibuta, Costa e Santos (2021) e Silva (2020) concordam que a inclusão dos estudantes com autismo no âmbito acadêmico ainda é pouco documentada.

Oliveira, Santiago e Teixeira (2022) e Silva *et al.* (2020) ressaltam que as reflexões advindas desses estudos servem de subsídios para a elaboração de políticas públicas e ações institucionais na universidade. Nesse sentido, a discussão sobre essa temática precisa ser ampliada, dado que o estudante com autismo está cada vez mais presente no contexto universitário (BANDEIRA, 2020, SILVA *et al.*, 2020, SILVA, 2020).

Dito isso, o problema desta investigação está voltado a responder a seguinte questão: O que os artigos científicos, as teses e as dissertações produzidas no Brasil estão discutindo quando o assunto é o acesso e a permanência do estudante com autismo na universidade?

Desse modo, este estudo objetiva analisar o processo de acesso e permanência das pessoas com autismo no ensino superior, de acordo com as produções científicas desenvolvidas no âmbito educacional.

---

<sup>1</sup> O INEP ressalta que uma mesma matrícula pode apresentar mais de um tipo de declaração.

## MÉTODO

De acordo com Galvão e Ricarte (2019, p. 58-59), “A revisão sistemática da literatura (RSL) é uma modalidade de pesquisa, que segue protocolos específicos e busca dar alguma logicidade a um grande corpus documental”. Para os autores, o compromisso desse método está centrado no seu caráter de reprodutibilidade. Assim, é preciso explicitar todas as estratégias e critérios utilizados no levantamento das informações, bem como o processo de análise dos materiais obtidos.

Nesse contexto, a RSL é uma importante ferramenta para análise e síntese do referencial teórico de um estudo, pois permite sua contextualização. Com base no rigor científico, seu uso pode proporcionar transparência e credibilidade ao estudo (FARIA, 2016).

Para esta pesquisa foram definidos o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por abranger diversas bases de dados em seu acervo, e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), por reunir publicações de trabalhos acadêmicos dos cursos de pós-graduação das Instituições de Ensino Superior (IES) do Brasil.

Nesse sentido, este estudo seguirá o seguinte caminho metodológico: a) equações da pesquisa; b) critérios de inclusão e exclusão; c) critérios de validade metodológica; d) tratamento dos dados e resultados; e e) análise dos dados.

## EQUAÇÕES DA PESQUISA

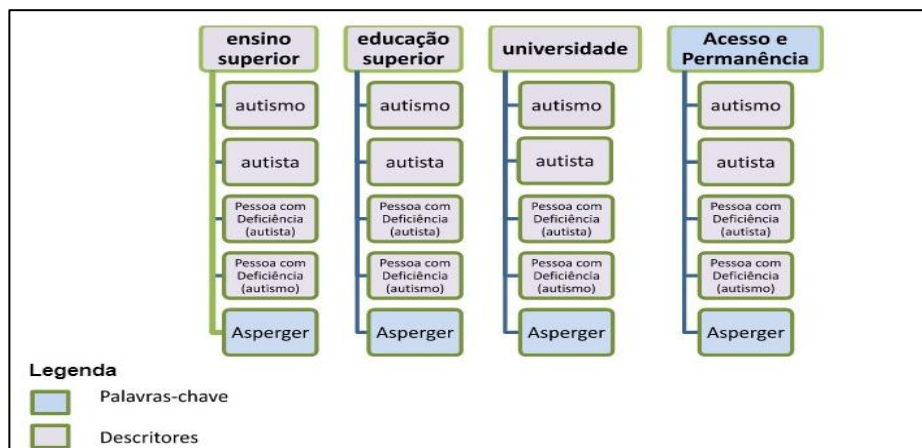
Para realizar as explorações nas bases de dados selecionadas, foram definidas duas palavras-chave — *acesso* e *permanência* e *Asperger* — e seis descritores (ensino superior, educação superior, universidade, autismo, autista, pessoa com deficiência), no *Thesaurus* Brasileiro da Educação (BRASED) do INEP. A utilização dos descritores de um *thesaurus* se justifica por otimizar a recuperação da informação.

Ressaltamos que os termos *pessoa com deficiência* e *Asperger* foram escolhidos, respectivamente, pelo fato de o indivíduo com TEA ser considerado PcD de acordo com a Lei n. 12.764/2012 (BRASIL, 2012), conforme já mencionado, e pela nomenclatura Síndrome de Asperger, associada às pessoas consideradas autistas de nível 1 de suporte, ter sido utilizada até dezembro de 2021. Desde janeiro de 2022, com a nova versão da Classificação Internacional de Doenças (CID 11), este termo não é mais utilizado.

As buscas nas bases de dados foram realizadas no dia 11 de dezembro de 2022. O recorte temporal adotado foi o dos últimos cinco anos (2018-2022).

A Figura 1 ilustra as combinações efetuadas entre as palavras-chave e descritores.

Figura 1: Combinações Palavras-chave x Descritores



Fonte: As autoras (2023)

As combinações das palavras-chave e dos descritores foram feitas utilizando-se dois termos por vez, sempre associando os referentes ao ensino superior e suas variações àqueles relativos ao autismo e suas alternâncias, totalizando 20 arranjos. A Tabela 1 informa as ações de pesquisa adotadas nas bases de dados:

Tabela 1: Estratégias de busca

Estratégias	CAPES	BDTD
Busca por assunto	✓	
Busca avançada	✓	✓
Artigos, como tipo de material selecionado	✓	
Utilização do operador booleano AND	✓	✓
Utilização de aspas nos termos com mais de uma palavra	✓	✓
Data da defesa dos últimos cinco anos (2018-2022)	✓	✓
Revisado por pares	✓	

Fonte: As autoras (2023)

### Critérios de inclusão e exclusão

Os critérios de inclusão adotados foram: artigos, teses ou dissertações que sejam da área da educação, desenvolvidos no Brasil, em português, que discorram sobre o acesso e permanência do estudante com TEA no ensino superior e, de forma mais abrangente, da pessoa com autismo como PcD nesse ambiente. Já os critérios de exclusão para seleção dos materiais foram: trabalhos que não sejam da área da educação, que não tratem do ensino superior e que abordem uma deficiência específica (que não o autismo).

### Critérios de validade metodológica

Com o intuito de minimizar o enviesamento no processo de busca e garantir transparência e credibilidade à revisão, as consultas às bases de dados foram replicadas por duas investigadoras que seguiram as equações da pesquisa. Os resultados das investigações realizadas no dia 11 de dezembro de 2022 obtiveram total concordância.

## TRATAMENTO DOS DADOS E RESULTADOS

A Tabela 2 exibe os resultados iniciais obtidos nas bases consultadas:

**Tabela 2: Resultados iniciais**

Combinações Palavras-chave x Descritores	CAPEs	BDTD Dissertações	BDTD Teses	BDTD Total	TOTAL CAPEs + BDTD
"ensino superior" AND autismo	4	13	4	17	21
"ensino superior" AND autista	8	9	5	14	22
"ensino superior" AND "pessoa com deficiência" AND autista	3	0	1	1	4
"ensino superior" AND "pessoa com deficiência" AND autismo	1	2	0	2	3
"ensino superior" AND Asperger	2	1	0	1	3
"educação superior" AND autismo	3	4	1	5	8
"educação superior" AND autista	4	3	2	5	9
"educação superior" AND "pessoa com deficiência" AND autista	2	0	1	1	3
"educação superior" AND "pessoa com deficiência" AND autismo	1	0	0	0	1
"educação superior" AND Asperger	2	0	0	0	2
universidade AND autismo	445	365	114	479	924
universidade AND autista	437	322	99	421	858
universidade AND "pessoa com deficiência" AND autista	15	21	7	28	43
universidade AND "pessoa com deficiência" AND autismo	14	28	9	37	51
universidade AND Asperger	48	30	9	39	87
"acesso e permanência" AND autismo	2	1	1	2	4
"acesso e permanência" AND autista	3	1	2	3	6
"acesso e permanência" AND "pessoa com deficiência" AND autista	0	0	1	1	1
"acesso e permanência" AND "pessoa com deficiência" AND autismo	0	0	0	0	0
"acesso e permanência" AND Asperger	0	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>994</b>	<b>800</b>	<b>256</b>	<b>1056</b>	<b>2050</b>

Fonte: As autoras (2023)

O tratamento dos materiais apurados ocorreu da seguinte maneira: a) as informações referentes aos artigos do Portal de periódicos da CAPES foram exportadas para o EndNOTE, já os dados das teses e dissertações da BDTD foram enviados para uma planilha no Excel; b) em uma verificação inicial, foram excluídos os trabalhos duplicados, os que não correspondiam à área da educação, ao recorte temporal ou que não estivessem em português; c) foram examinados os títulos e eliminados aqueles que não se enquadravam nos critérios de elegibilidade; d) foi realizada a análise dos resumos e desprezados os que não condiziam com os parâmetros da revisão; e e) os textos foram lidos na íntegra e selecionados os que atendiam aos critérios de inclusão. Os demais foram descartados. A tabela 3 demonstra os resultados obtidos em cada etapa do tratamento das informações.

**Tabela 3: Tratamento dos dados**

CAPES - 994 artigos coletados
Verificação inicial = 910 exclusões (593 duplicados / 25 fora do recorte temporal / 431 não eram da área da Educação / 53 não estavam em português)
<b>Resultado = 84 artigos</b>
Análise dos títulos: 68 exclusões (55 outros temas / 16 não eram sobre o ensino superior)
<b>Resultado = 16 artigos</b>
Análise dos resumos = 7 exclusões (3 outros temas / 4 não eram sobre o ensino superior)
<b>Resultado = 9 artigos</b>
Leitura na íntegra = 6 exclusões (5 outros temas / 1 não era sobre o ensino superior)
<b>Resultado final = 3 artigos</b>
BDTD - 1056 trabalhos coletados
Verificação inicial = 775 exclusões (483 duplicados / 281 não eram da área da Educação / 11 não estavam em português)
<b>Resultado = 281 trabalhos</b>
Análise dos títulos: 263 exclusões (195 outros temas / 61 não eram sobre o ensino superior / 7 discorriam sobre outras deficiências)
<b>Resultado = 18 trabalhos</b>
Análise dos resumos = 12 exclusões (6 outros temas / 6 não eram sobre o ensino superior)
<b>Resultado = 6 trabalhos</b>
Leitura na íntegra = 4 exclusões (1 outro tema / 3 não eram sobre o ensino superior)
<b>Resultado final = 2 trabalhos</b>

Fonte: As autoras (2023)

Na Tabela 4 apresentamos os trabalhos selecionados nas bases CAPES e BDTD que atenderam a todos os critérios desta pesquisa:

**Tabela 4: Trabalhos selecionados**

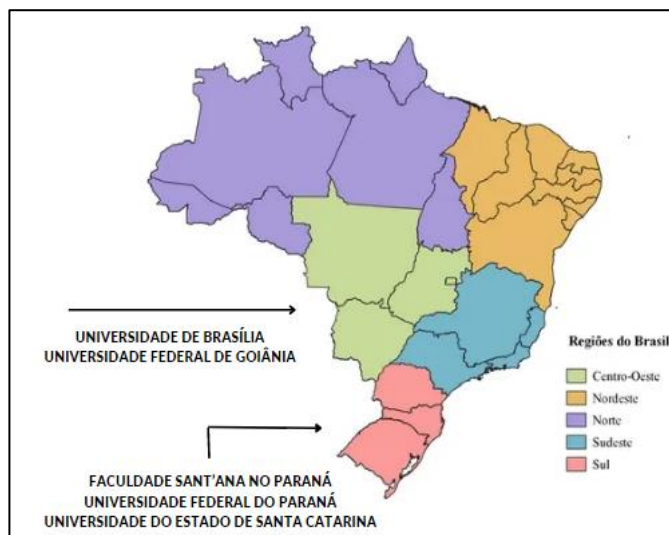
CAPES
OLIVEIRA, Ana Flavia Teodoro de Mendonça; SANTIAGO, Cinthia Brenda Siqueira; TEIXEIRA, Ricardo Antônio Gonçalves. Educação inclusiva na universidade: perspectivas de formação de um estudante com transtorno do espectro autista. <i>Educação e Pesquisa</i> , São Paulo, v. 48, p. 1- 22, 2022. DOI: 10.1590/S1678-4634202248238947por. Disponível em: <a href="https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/198911">https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/198911</a>
SHIBUTA, Vallery; COSTA, Igor Favaro da; SANTOS, Fernanda Pimentel dos. Inclusão do autista no ensino superior público. <i>Psicologia e Saúde em debate</i> . [s. l.], v. 7, n. 2, p. 1-11, 2021. DOI: 10.22289/2446-922X.V7N2A1. Disponível em: <a href="https://psicodebate.dpqpsifpm.com.br/index.php/periodico/article/view/743">https://psicodebate.dpqpsifpm.com.br/index.php/periodico/article/view/743</a>
SILVA, Solange Cristina da et al. Estudantes com transtorno do espectro autista no ensino superior: analisando dados do INEP. <i>Psicologia Escolar e Educacional</i> , [s. l.], v. 24, p. 1-9, 2020. Disponível em: <a href="https://doi.org/10.1590/2175-35392020217618">https://doi.org/10.1590/2175-35392020217618</a>
BDTD
BANDEIRA, Luana Lopes. Olhar de discentes com TEA e de seus docentes sobre o processo de inclusão na UNB. 2020. 173 f. Orientadora: Profa. Dra. Alia Maria Barrios González. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2020. Disponível em: <a href="https://repositorio.unb.br/handle/10482/39225">https://repositorio.unb.br/handle/10482/39225</a>
SILVA, Vanessa Caroline da. O estudante com Transtorno do Espectro Autista nas universidades brasileiras. 2020. 160 f. Orientadora: Profa. Dra. Laura Ceretta Moreira. Tese (Doutorado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020. Disponível em: <a href="https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/69805">https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/69805</a>

Fonte: As autoras (2023)

Podemos observar que os trabalhos apurados foram desenvolvidos no recorte temporal que compreendeu os anos de 2020 (3), 2021 (1) e 2022 (1). Com relação à região de origem dos

seus autores, destacamos que pertencem ao Sul e ao Centro-Oeste do Brasil, como ilustra a Figura 2:

**Figura 2: Regiões de origem dos autores**



Fonte: As autoras (2023)

## ANÁLISE DOS DADOS

Passando a analisar os dados contidos nos trabalhos, evidenciamos na Figura 3 as palavras-chave e descritores que foram escolhidos pelos autores. O descritor *ensino superior* foi o mais utilizado, sendo empregado em três pesquisas, seguido do descritor *autismo* aplicado em dois trabalhos e da palavra-chave *Transtorno do Espectro Autista* usada em dois estudos.

**Figura 3: Palavras-chave e descritores**



Fonte: As autoras (2023)

Em sequência, na Tabela 5, apresentamos os objetivos, metodologias e temáticas que foram abordadas nas pesquisas:



**Tabela 5: Objetivos, metodologias e temáticas**

AUTORES	OBJETIVO	METODOLOGIA	TEMÁTICAS
Oliveira, Santiago e Teixeira (2022)	Analisar a inclusão de um estudante com TEA em um curso de graduação da Universidade Federal de Goiás (UFG).	Abordagem qualitativa. Técnica de coleta de dados: questionários e entrevistas semiestruturadas.  Participação de 1 discente com TEA, 2 monitores, 1 docente e 2 profissionais do Núcleo de Acessibilidade da UFG.	- A atuação do Núcleo de Acessibilidade da UFG.  - A atuação dos monitores.  - Relação dos estudantes com autismo com os professores e com os colegas da universidade.
Shibuta, Costa e Santos (2021)	Discutir a inclusão do estudante com autismo no ensino superior.	Abordagem qualitativa. Pesquisa bibliográfica.	- Descrição do TEA e de suas características.  - O papel das IES na inclusão do estudante com autismo.
Silva <i>et al.</i> (2020)	Mapear perfil sociodemográfico dos discentes com TEA matriculados no ensino superior a partir dos microdados do INEP.	Abordagem quantitativa.  Pesquisa documental (página do INEP na internet).	- Instrumentos legais que garantem o direito à educação.  - Perfil sociodemográfico dos estudantes com autismo que acessaram a universidade de acordo com os dados do INEP 2016 (número de matrículas, gênero, etnia, região do Brasil e idade).
Bandeira (2020)	Entender o processo de inclusão no contexto universitário do ponto de vista de discentes com TEA e de seus docentes.	Abordagem qualitativa.  Técnica de coleta de dados: entrevistas semiestruturadas.  Participação de 5 estudantes com autismo e 4 professores com experiência com o TEA.	- A inclusão do estudante com autismo na universidade.  - A visão dos discentes com INEP e de seus docentes sobre esse processo.
Silva (2020)	Analisar a trajetória de acesso e permanência dos estudantes com TEA matriculados em universidades federais.	Abordagem qualitativa. Técnica de coleta de dados: questionários e entrevistas semiestruturadas.  Participação de 6	- O modelo social da deficiência.  - Mapeamento do acesso à universidade das pessoas com autismo de acordo com

		<p>universidades federais, 14 discentes com TEA e 5 coordenadores de Núcleos de Acessibilidade.</p>	<p>os dados do INEP 2017.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- A inclusão dos estudantes com TEA no ensino superior.</li> <li>- Práticas institucionais dos Núcleos de Acessibilidade.</li> <li>- Barreiras e facilitadores para a permanência do estudante com autismo nos cursos de graduação.</li> </ul>
--	--	---	---

Fonte: As autoras (2023)

Oliveira, Santiago e Teixeira (2022) ressaltam que, com o crescente número de estudantes com autismo que ingressam no ensino superior, é preciso um melhor preparo dos docentes, dos profissionais do Núcleo de Acessibilidade e da comunidade acadêmica em geral, a fim de estarem aptos para lidar com a diversidade que existe nesse ambiente. Nesse sentido, as características do autismo como, por exemplo, o hiperfoco, as dificuldades na comunicação e nas interações sociais, entre outras, precisam ser conhecidas e consideradas para o sucesso acadêmico das pessoas com TEA. A pesquisa, que contou com a participação de um discente com autismo, um professor, dois monitores e duas profissionais do Núcleo de Acessibilidade, destacou a importância do acompanhamento realizado por esse Núcleo com o graduando com autismo e que designar para esse estudante dois monitores foi fundamental, pois o auxiliaram em suas especificidades.

Ainda segundo os autores, as ações desenvolvidas pelos monitores muito se assemelham ao trabalho exercido pelo profissional de apoio escolar que é descrito no Artigo 3º da Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015). No entanto, salientam que a responsabilidade pela promoção da inclusão da pessoa com autismo no ensino superior não é somente dos Núcleos de Acessibilidade, mas de todos os envolvidos no processo formativo: os docentes, toda a estrutura de apoio e suporte dos cursos, bem como a família do estudante (OLIVEIRA, SANTIAGO, TEIXEIRA, 2022).

Shibuta, Costa e Santos (2021) definem o autismo, suas características e apontam que muitas delas dificultam o acesso e a permanência dos discentes com TEA no ensino superior. Da mesma maneira, a falta de informação e preparo para lidar com a diversidade agravam a situação do estudante com autismo na universidade. De acordo com os autores, as legislações garantem a inclusão dessas pessoas na academia, porém existem ainda muitas barreiras para que isso aconteça de fato, pois há grande dificuldade por parte das IES, coordenadores, professores e demais estudantes na compreensão das necessidades e especificidades das pessoas com autismo que estão dentro das universidades. Os autores salientam que existem poucos estudos sobre discentes com TEA no ensino superior e que, apesar da evolução do número de matrículas dessas pessoas, ainda há um longo caminho para tornar a inclusão uma realidade.

Silva *et al.* (2020) traçam o perfil sociodemográfico dos ingressantes com TEA na universidade a partir da análise do Censo da Educação Superior do INEP de 2016. A pesquisa indica que a maioria dos estudantes é branca, do sexo masculino, pertencente ao Sudeste ou

Nordeste do Brasil e possui idade média de 27,6 anos. Os autores apontam a fragilidade dos dados trabalhados e ressaltam a necessidade de maior controle das IES no preenchimento das informações e no aprimoramento da análise. Conforme os autores, apesar do crescente ingresso de pessoas com autismo em cursos de graduação, o acesso desses indivíduos ainda é exíguo. O estudo destaca que a prevalência do sexo masculino pode estar associada a uma subnotificação de diagnósticos de meninas com autismo, tendo em vista que as pessoas do sexo feminino tendem a *camuflar* com mais frequência os sintomas do TEA para se adaptarem ao meio. Os autores discutem como as questões de gênero se entrecruzam com a deficiência e recomendam que mais estudos dessa natureza sejam produzidos.

Quanto à idade de ingresso desses jovens à universidade, a pesquisa mostrou que o acesso das pessoas com TEA acontece de forma mais tardia que o das não autistas, o que pode estar relacionado com as dificuldades que enfrentam desde a educação básica. Já o estudo indica que a cor de pele dos estudantes com TEA que ingressam na educação superior é predominantemente branca, evidenciou a história de opressão contra a população afrodescendente, o que também pode impactar essas pessoas na dificuldade que possuem no acesso à saúde e ao diagnóstico. Por fim, os autores ressaltam que todos esses marcadores sociais quando associados à deficiência, potencializam a discriminação contra esses indivíduos (SILVA *et al.*, 2020).

Bandeira (2020), em seu trabalho de dissertação, discute o autismo e a evolução do conceito ao longo do tempo. A autora destaca as legislações que garantem direitos às PcD, mas salienta que apesar dessas garantias, o acesso do discente com autismo no ensino superior ainda é incipiente. A pesquisa se fundamenta na perspectiva histórico-cultural de Vygotsky, na qual a sociogênese é a condição fundamental para o desenvolvimento humano e para a aprendizagem. Nesse contexto, o papel da mediação é muito importante. Assim, tanto o educador como todos aqueles que estão envolvidos no processo de formação devem aprimorar o conhecimento acerca do TEA para desenvolverem ações e estratégias que favoreçam o aprendizado e desenvolvimento desses estudantes. O trabalho contou com a participação de 4 docentes e 5 discentes com autismo, todos da Universidade de Brasília. A autora comenta que as maiores dificuldades apontadas pelos participantes com TEA dizem respeito às dificuldades acadêmicas (falta de informação sobre o autismo, dificuldade nas provas escritas, nas aulas ministradas, nos trabalhos em grupo, nas apresentações de seminários etc.), às dificuldades sensoriais (ruídos altos, dificuldade de orientação espacial etc.), às dificuldades emocionais (ansiedade, depressão, solidão, constrangimento etc.) e às dificuldades referentes à socialização (falar com professores, fazer amizades etc.). Já os docentes relataram a falta de apoio para o atendimento adequado ao estudante com TEA, pois muitas vezes não sabem como agir e precisam guiar suas ações através da intuição e sensibilidade. Também apontaram a falta de informação e de formação profissional direcionada à diversidade.

Silva (2020), em sua tese de doutorado, discorre sobre a evolução do conceito de deficiência. Para tanto, aborda o modelo social da deficiência como aporte teórico para a compreensão do autismo fora dos padrões do modelo médico. De acordo com a autora, o modelo social acredita na diversidade como característica humana e que as causas da deficiência são de ordem social. A pesquisa teve como participantes 14 estudantes com autismo e 5 coordenadores de *núcleos de acessibilidade* de 6 universidades federais. Somente 1 IES possuía dados atualizados e mapeamento dos discentes com TEA. A autora salienta que os *núcleos de acessibilidade* não podem ser os únicos responsáveis pela inclusão dessas pessoas, mas toda a universidade, atuando de forma articulada com os Núcleos e com os diferentes órgãos e departamentos que fazem parte das IES.

De acordo com a autora, a barreira mais preocupante diz respeito à grande demanda que os *núcleos* possuem, pois trabalham com escasso apoio e operam com poucos recursos humanos. No contexto analisado, a ação desse órgão funciona como um grande elo junto aos coordenadores de curso no auxílio ao estudante com autismo, promovendo sua permanência na universidade. Da mesma maneira, os monitores são um grande instrumento para evitar a evasão. O trabalho também enfatiza a necessidade formativa dos professores, pois o diálogo entre os *núcleos* e os coordenadores de curso se mostrou de grande auxílio para a aprendizagem do discente com autismo, mas não ficou claro na pesquisa se essa organização chega até a ação docente (SILVA, 2020).

## DISCUSSÃO

Diante do exposto, passamos à discussão dos principais assuntos abordados nas pesquisas. Bandeira (2020), Oliveira, Santiago e Teixeira (2022), Shibuta, Costa e Santos (2021) e Silva (2020) concordam que a inclusão dos estudantes com TEA no ensino superior é pouco documentada na literatura científica. Silva (2020) destaca que encontrou dificuldade em dialogar com outros estudos devido à escassez de material produzido no campo científico. Já Shibuta, Costa e Santos (2021), revelam que a maioria das pesquisas trata do autismo infantil na escola. Oliveira, Santiago e Teixeira (2022) e Silva *et al.* (2020) ressaltam que são as reflexões advindas desses estudos que servem de subsídios para a elaboração de políticas públicas e ações institucionais na universidade. Nesse sentido, a discussão sobre essa temática precisa ser ampliada, dado que o estudante com autismo está cada vez mais presente no contexto universitário (BANDEIRA, 2020; SILVA *et al.*, 2020; SILVA, 2020).

Os autores salientam a importância das legislações e acordos provenientes de Conferências Internacionais, pois garantem o direito à educação igualitária. Dentre os principais documentos abordados destacamos: a Declaração de Salamanca de 1994; a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da Organização das Nações Unidas (ONU, 2006), na qual a expressão *persona com deficiência* passou a ser adotada para designar essas pessoas; a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008, que definiu como público-alvo da educação especial (PAEE) as *personas com deficiência*, com Transtorno Global do Desenvolvimento (que incluía o TEA) e com Altas Habilidades/Superdotação; a Lei n. 12.764/2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e a Lei n. 13.146/2015, conhecida como o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BANDEIRA, 2020; OLIVEIRA, SANTIAGO, TEIXEIRA, 2022; SHIBUTA, COSTA, SANTOS, 2021; SILVA *et al.*, 2020; SILVA, 2020).

Nesse contexto, o Programa de Acessibilidade na Educação Superior, criado em 2005 pelo Ministério da Educação, também foi discutido pelos autores como uma política que objetiva garantir ações para o acesso e permanência de estudantes com deficiência nas IES. Para Oliveira, Santiago e Teixeira (2022, p. 3), uma das grandes contribuições desse programa “[...] foi potencializar ações para a criação e consolidação de núcleos de acessibilidade nas instituições de ensino superior públicas e, posteriormente, privadas”. Silva *et al.* (2020) e Silva (2020) acreditam que o Programa foi uma ação afirmativa que favoreceu a inclusão das PcD na universidade.

Dessa forma, a implementação de políticas públicas ocasionou considerável aumento no número de matrículas de pessoas com TEA no ensino superior (OLIVEIRA, SANTIAGO, TEIXEIRA, 2022; SHIBUTA, COSTA, SANTOS, 2021; SILVA *et al.*, 2020). Shibuta, Costa e

Santos (2021) afirmam que esses instrumentos também incentivam a formação docente para o atendimento especializado. Já Silva *et al.* (2020) enfatizam que as políticas de inclusão precisam ser melhoradas e ampliadas. Segundo os autores, o mapeamento do perfil dos estudantes que ingressam na universidade poderia permitir o aprimoramento das políticas públicas para essas pessoas (SILVA *et al.*, 2020).

Apesar dos dispositivos legais terem impulsionado o ingresso das PcD no âmbito acadêmico, Bandeira (2020) e Silva *et al.* (2020) salientam que a entrada dessas pessoas na universidade ainda é incipiente. De acordo com os dados do Censo da Educação Superior do INEP de 2016, os estudantes com deficiência correspondiam a 0,43% do total de matriculados e, destes, 0,005% eram indivíduos com TEA (SILVA *et al.*, 2020). A autora Silva (2020, p. 62) contribui para a discussão dizendo que:

[...] temos a certeza de que a oferta de condições para o acesso, permanência e aprendizagem precisa ser mais propositivo e delimitado [...] o que está em pauta é garantir não só o acesso, mas também a permanência e o sucesso dos estudantes oriundos de classes ou grupos sociais discriminados.

Com relação ao papel das IES no acesso e permanência das PcD na academia, Silva (2020) ainda afirma que as instituições devem oferecer suporte a essas pessoas desde o processo seletivo, disponibilizando os recursos de acessibilidade solicitados e escolhidos pelo candidato com deficiência. Bandeira (2020) e Shibuta, Costa e Santos (2021) destacam que a universidade, além do governo, é responsável por oferecer ao estudante com TEA o auxílio que ele necessita e que as instituições precisam adequar suas práticas a fim de beneficiá-lo. Segundo Bandeira (2020), as ações de extensão e pesquisa são uma grande ferramenta que as IES podem utilizar para inserir os discentes com Necessidades Educacionais Específicas (NEE) no ambiente acadêmico.

Quanto às ações que se apresentam como barreiras para o acesso e permanência do discente com autismo na universidade, os autores discorrem sobre as características que são próprias do TEA e que podem dificultar seu cotidiano nesse ambiente, como a dificuldade nas interações sociais com os pares e com os docentes, bem como as questões de ordem prática, como a apresentação de seminários, provas escritas e avaliações (BANDEIRA, 2020; OLIVEIRA, SANTIAGO, TEIXEIRA, 2022).

Ademais, o desconhecimento das características do TEA na comunidade acadêmica foi apontado como um grande obstáculo para as pessoas com autismo que ingressam no ensino superior (BANDEIRA, 2020; OLIVEIRA, SANTIAGO, TEIXEIRA, 2022; SHIBUTA, COSTA, SANTOS, 2021; SILVA *et al.*, 2020). Sobre isso, é importante destacar que, conhecidas as características do transtorno, se enxerguem outras potencialidades, além das dificuldades:

É importante relevar que ao fazermos a leitura dos níveis de gravidade para o TEA não fiquemos presos na dificuldade, mas que possamos ter um olhar de acordo com a funcionalidade da pessoa, ampliando o foco para além da deficiência, conforme orientação da Organização Mundial da Saúde (OMS) e segundo o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Aqui citamos a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), como forma de trazer a atenção para as capacidades e potencialidades. (SILVA, 2020, p. 31).

Nesse contexto, outro ponto levantado pelos autores foi a falta de capacitação dos docentes para lidar com a diversidade (BANDEIRA, 2020; OLIVEIRA, SANTIAGO, TEIXEIRA, 2022; SHIBUTA, COSTA, SANTOS, 2021; SILVA, 2020). Sobre essa questão, destacamos que:

Não obstante, a formação de professores na universidade não pode se encerrar num conhecimento científico para melhor compreender o autismo, pois é inútil apreender o autismo pelo somatório de sintomas. Faz-se necessária uma formação que incentive os docentes universitários a adotar uma abordagem de ensino que se abra para o outro, na qual o professor permita o desabrochar das capacidades desses estudantes universitários, um trabalho que seja adequado aos seus ritmos e necessidades, levando em conta as angústias e a subjetividade do ser autista no ensino superior. (OLIVEIRA, SANTIAGO, TEIXEIRA, 2022, p. 19-20).

Sobre os fatores que atuam como facilitadores para a inclusão das pessoas com TEA nas IES, os autores apontaram os Núcleos de Acessibilidade como órgãos fundamentais para que o estudante com deficiência possa ingressar na graduação e concluir seu curso (BANDEIRA, 2020; OLIVEIRA, SANTIAGO, TEIXEIRA, 2022; SILVA, 2020). No entanto, sinalizam que, apesar desses núcleos se configurarem como um espaço dentro das IES, que possuem a atribuição de implementar a política de acessibilidade, não devem ser considerados como únicos responsáveis pela questão da inclusão das PcD na universidade. Somente a existência de um setor de acessibilidade não é suficiente para dar conta das mudanças e adequações necessárias. É preciso a participação e a articulação de todos os envolvidos nesse processo (OLIVEIRA, SANTIAGO, TEIXEIRA, 2022; SILVA, 2020).

De igual modo, a atuação dos monitores designados pelos Núcleos de Acessibilidade, foi considerada uma ação facilitadora de permanência desses estudantes (OLIVEIRA, SANTIAGO, TEIXEIRA, 2022; SILVA, 2020).

Para Bandeira (2020, p. 137-138, 151), a disseminação da informação sobre o TEA é uma valiosa contribuição para a permanência do estudante com autismo no ambiente acadêmico, pois:

[...] a desinformação acerca do autismo pode ser nociva às emoções dos alunos. [...] é preciso enfatizar que a falta de informação adequada e direcionada pode gerar uma visão estereotipada dos alunos com TEA [...] as pessoas têm uma visão pré-estabelecida e errônea quando o assunto é autismo. Quando o assunto é amplamente divulgado e debatido, as pessoas tendem a entender e respeitar o outro de maneira natural. Rodas de conversa, ciclo de palestras e educadores incentivados a falar sobre o tema com seus alunos, bem como cine debate sobre TEA, realização de vídeos desmistificando crenças sobre o TEA que podem ser divulgados através de canais já estruturados na universidade, podem ser medidas com potencial êxito.

Por fim, os autores enfatizam que para que ocorra efetivamente a inclusão das pessoas com TEA na IES, é necessária a mudança do paradigma educacional, a fim de reorganizar as práticas pedagógicas, até então homogeneizadoras (BANDEIRA, 2020; SILVA, 2020). Oliveira, Santiago e Teixeira (2022) concordam que a transversalidade da educação especial se realiza por meio de ações. Dessa forma, reformular o sistema pode permitir a adoção de novas metodologias e estratégias que contribuam para o acesso e permanência dos discentes com NEE nas universidades. Essas discussões ampliam os debates sobre a importância de rever as formas de ensinar e aprender (BANDEIRA, 2020; SILVA, 2020).

Shibuta, Costa e Santos (2021, p. 8) acreditam que para haver inclusão, toda a comunidade acadêmica deve ser trabalhada, em prol de “[...] uma harmonia geral que facilite e desenvolva a aprendizagem de todos”. Já Silva *et al.* (2020), alertam que é preciso acompanhar e avaliar se as políticas de acesso e permanência estão de fato se cumprindo, a fim de que a educação superior seja realmente um espaço inclusivo.

## CONCLUSÃO

O objetivo desta investigação foi analisar o processo de acesso e permanência das pessoas com autismo no ensino superior de acordo com as produções científicas desenvolvidas no âmbito educacional. Nesse sentido, o estudo mostrou que o tema vem sendo desenvolvido no âmbito universitário nos últimos anos, mas os debates são suscitados a partir das exigências legais advindas dos movimentos sociais que reivindicam o direito à educação para PcD, embora o acesso destes estudantes ainda seja diminuto.

Os estudos também mostraram a urgência de pesquisas sobre o acesso e a permanência de pessoas com Transtorno do Espectro Autista, pois há um crescente quantitativo de ingressantes no ensino superior. Entretanto, constatou-se certo despreparo dos professores para lidar com estudantes com TEA, em especial, o desconhecimento das características destes estudantes, como a inquietação com a escassez de material produzido no campo científico sobre o tema.

Logo, para além da garantia de políticas públicas de acesso e permanência no ensino superior, a partir das ações como Exame Nacional do Ensino Médio, a extensão universitária e pesquisas científicas, é preciso inserir debates nas universidades sobre as probabilidades de prosseguimento de estudos com o aluno com TEA. Dessa forma, a construção de uma cultura de promoção e defesa dos Direitos Humanos precisa avançar no campo científico para desvelar os preconceitos e proteger a dignidade garantida pelas políticas educacionais para uma educação como uma prática social.

Salientamos ainda que as características do autismo só representarão uma barreira para o acesso e permanência dos estudantes com TEA no ensino superior se as IES não adequarem suas práticas para atender as NEE desses discentes. Desse modo, é preciso que as universidades se adaptem para oferecer suporte e recursos de acessibilidade, a fim de acolher a diversidade no ambiente acadêmico.

Por tudo o que foi dito, a permanência das PcD no ensino superior indica que há uma construção histórica sobre Direitos Humanos, mas é preciso superar paradigmas tradicionais de produção do conhecimento científico e incorporar novas possibilidades educativas visando a construção de uma sociedade cada vez mais democrática.

## REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Luana Lopes. *Olhar de discentes com TEA e de seus docentes sobre o processo de inclusão na UnB*. 2020. 173 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2020. Disponível em <https://repositorio.unb.br/handle/10482/39225>. Acesso em 2 fev. 2023.

BDTD (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações) - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Disponível em <https://bdtd.ibict.br/vufind/>. Acesso em 3 dez. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: MEC, 2008. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>. Acesso em 15 abr. 2023.

BRASIL. *Lei n. 12.764, de 27 de dezembro de 2012*. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e altera o § 3º do Art. 98 da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília, DF: Presidência da República, 27 dez. 2012. Disponível em

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm). Acesso em 3 dez. 2022.

BRASIL. *Lei n. 13.146, de 06 de julho de 2015*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 6 jul. 2015. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm). Acesso em 20 jan. 2023.

CAPEX (Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Disponível em <https://www-periodicos-capes-gov-br.ez1.periodicos.capes.gov.br/index.php/buscaador-primo.html>. Acesso em 3 dez. 2022.

FARIA, Paulo Manuel Miranda. *Revisão Sistemática da Literatura: contributo para um novo paradigma investigativo*. Santo Tirso, Portugal: Whitebooks, 2016.

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa; RICARTE, Ivan Luiz Marques. Revisão Sistemática da Literatura: conceituação, produção e publicação. *Revista LOGEION Filosofia da Informação*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, 2019. p. 57-73. Disponível em <https://sites.usp.br/dms/wp-content/uploads/sites/575/2019/12/Revis%C3%A3o-Sistem%C3%A1tica-de-Literatura.pdf>. Acesso em 3 dez. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Censo da Educação Superior 2021*. Brasília, DF: INEP, 2022. Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em 5 fev. 2023.

OLIVEIRA, Ana Flavia Teodoro de Mendonça; SANTIAGO, Cinthia Brenda Siqueira; TEIXEIRA, Ricardo Antônio Gonçalves. Educação inclusiva na universidade: perspectivas de formação de um estudante com transtorno do espectro autista. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 48, 2022. p. 1-22. DOI: [10.1590/S1678-4634202248238947por](https://doi.org/10.1590/S1678-4634202248238947por). Disponível em <https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/198911>. Acesso em 2 fev. 2023.

SHIBUTA, Vallery; COSTA, Igor Favaro da; SANTOS, Fernanda Pimentel dos. Inclusão do autista no ensino superior público. *Psicologia e Saúde em debate*, [s. l.], v. 7, n. 2, 2021. p. 1-11. DOI: [10.22289/2446-922X.V7N2A1](https://doi.org/10.22289/2446-922X.V7N2A1). Disponível em <https://psicodebate.dpgpsifpm.com.br/index.php/periodico/article/view/743>. Acesso em 2 fev. 2023.

SHIROMA, Eneida Oto. A outra face da inclusão. *Revista Teias*, [s. l.], v. 2, n. 3, jan./jun. 2001. p. 1-12. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/23869/16842>. Acesso em 10 mar. 2023.

SILVA, Solange Cristina da; SCHNEIDER, Daniela Ribeiro; KASZUBOWSKI, Erikson; NUERNBERG, Adriano Henrique. Estudantes com transtorno do espectro autista no ensino superior: analisando dados do INEP. *Psicologia Escolar e Educacional*, [s. l.], v. 24, 2020. p. 1-9. Disponível em <https://doi.org/10.1590/2175-35392020217618>. Acesso em 2 fev. 2023.

SILVA, Vanessa Caroline da. *Os estudantes com Transtorno do Espectro Autista nas universidades brasileiras*. 2020. 160 f. Tese (Doutorado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020. Disponível em <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/69805>. Acesso em 2 fev. 2023.

THE SAURUS BRASILEIRO DA EDUCAÇÃO (BRASED) - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Disponível em



[http://pergamum.inep.gov.br/pergamumweb/biblioteca/pesquisa\\_thesouro.php#](http://pergamum.inep.gov.br/pergamumweb/biblioteca/pesquisa_thesouro.php#). Acesso em 3 dez. 2022.

UNESCO. *Declaração de Incheon: Educação 2030: Rumo a uma Educação de Qualidade Inclusiva e Equitativa e à Educação ao Longo da Vida para Todos*. Incheon: UNESCO, 2015. Disponível em [https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000233137\\_por](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000233137_por). Acesso em 10 mar. 2023.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *ICD-11 for mortality and morbidity statistics*. Geneva: WHO, 2022. Disponível em <https://icd.who.int/browse11/l-m/en#/http%3a%2f%2fid.who.int%2fid%2fentity%2f437815624>. Acesso em 3 dez. 2022.

*Submetido em março de 2023*

*Aprovado em maio de 2023*

### Informações das autoras

Sandra Cordeiro de Melo  
Universidade Federal do Rio de Janeiro  
*E-mail:* [sandracmello@gmail.com](mailto:sandracmello@gmail.com)  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8437-1671>  
*Link Lattes:* <http://lattes.cnpq.br/3499803166947247>

Elaine Constant  
Universidade Federal do Rio de Janeiro  
*E-mail:* [constant.ela@gmail.com](mailto:constant.ela@gmail.com)  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2622-8890>  
*Link Lattes:* <http://lattes.cnpq.br/8152875687861200>

Adriana Teixeira Ferreira  
Universidade Federal do Rio de Janeiro  
*E-mail:* [adrjulio0412@gmail.com](mailto:adrjulio0412@gmail.com)  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2036-6064>  
*Link Lattes:* <http://lattes.cnpq.br/9909029327902885>